RENATO ROMERO POLILLO

A Responsabilidade Civil na Lei Anticorrupção

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Dr. Carlos Alberto Dabus Maluf

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2019**

RENATO ROMERO POLILLO

A Responsabilidade Civil na Lei Anticorrupção

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração de Direito Civil, sob a orientação do Professor Titular Dr. Carlos Alberto Dabus Maluf.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2019**

TERMO DE APROVAÇÃO

Nome: POLILLO, Renato Romero

Título: A Responsabilidade Civil na Lei Anticorrupção

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração de Direito Civil, sob a orientação do Professor Titular Dr. Carlos Alberto Dabus Maluf.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*À minha amada esposa, Luana, e aos meus
filhos, Luca e Nicolas, por todo apoio e
carinho nesta jornada.*

*Aos meus queridos pais, pelo exemplo de
amor e generosidade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu estimado orientador, Professor Dr. Carlos Alberto Dabus Maluf, pela disponibilidade de me orientar, pelo conhecimento transmitido e pelo exemplo de seriedade e rigor acadêmico.

À minha esposa e companheira de vida, Luana, e aos nossos filhos, Luca e Nicolas, que sempre estiveram ao meu lado ao longo do processo de elaboração deste trabalho. Sem vocês, nada disso seria possível.

Aos meus pais, Edson e Sueli, grandes incentivadores, pelo apoio e amor incondicionais.

Por fim, aos Professores Dr. Álvaro Villaça Azevedo e Dr. Rui Geraldo Camargo Viana, pela rica contribuição e sugestões valiosas para o trabalho no dia do exame de qualificação.

RESUMO

POLILLO, Renato Romero. **A Responsabilidade Civil na Lei Anticorrupção**. 2019. 240 fls. Tese (Doutorado em Direito Civil) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

A tese se propõe a analisar a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, denominada Lei Anticorrupção, em especial o seu regime de responsabilização das pessoas jurídicas que praticam atos corruptivos contra a Administração Pública. Visando compreender as principais características dos dois sistemas de responsabilização estabelecidos na Lei – civil e administrativo – dentro do contexto de combate à corrupção, utiliza-se de doutrina especializada sobre o tema, normas de direito interno e de direito internacional e jurisprudência dos Tribunais Superiores brasileiros para compreender como se dá a sua aplicação e quais são as suas consequências. A avaliação crítica dos mecanismos que foram introduzidos no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei nº 12.846/2013 é feita à luz dos princípios jurídico-constitucionais, em especial aqueles que dizem respeito à responsabilidade civil objetiva. O primeiro capítulo trata da responsabilidade civil, abordando a sua evolução histórica e os seus diferentes regimes e teorias. No segundo capítulo, é traçado um breve histórico da corrupção no mundo, analisando as suas raízes e implicações, bem como a evolução das estratégias desenvolvidas por diferentes nações para combater os seus efeitos. O capítulo terceiro aborda a lei estadunidense denominada “Foreign Corrupt Practices Act” (FCPA), que representa verdadeiro marco no combate à corrupção corporativa transnacional, porquanto, pela primeira vez, as empresas passaram a compartilhar com o Estado a responsabilidade pela repressão aos atos corruptivos dos seus agentes, sob pena de sofrerem pesadas sanções administrativas, civis e penais. No quarto capítulo, analisa-se os tratados internacionais que se seguiram após a edição do FCPA e o seu impacto nas legislações de combate à corrupção corporativa no Brasil e nas principais economias da América Latina, com destaque para Argentina, Chile, México e Peru. O quinto capítulo expõe o histórico legislativo da Lei nº 12.846/2013, para, então, passar a estudar com base no *mens legis* os seus pontos controversos atinentes ao regime jurídico e à responsabilidade objetiva. No sexto capítulo, aborda-se a perquirição na esfera administrativa da responsabilidade da pessoa jurídica que tenha praticado ato lesivo à Administração Pública, com destaque para algumas novidades inseridas nos âmbitos material e formal, como o incentivo à adoção de instrumentos de prevenção e o acordo de leniência. O sexto capítulo trata especificamente da responsabilidade civil na esfera judicial da pessoa jurídica que tenha cometido atos corruptivos por meio da análise dos seus principais elementos, como (i) a reparação dos danos causados à Administração Pública com fulcro no princípio à vedação do enriquecimento sem causa previsto no Direito Civil; (ii) as sanções civis previstas no artigo 19 da Lei Anticorrupção e as suas consequências, como a dissolução da pessoa jurídica; e (iii) o rito processual da ação que se destina a apurar a responsabilidade civil da pessoa jurídica. Ao final, pode-se concluir que a Lei nº 12.846/2013 configura relevante inovação no sistema de combate à corrupção tanto no âmbito doméstico quanto internacional por força dos instrumentos por ela inseridos no ordenamento jurídico, que certamente se mostrarão capazes de impulsionar a prevenção e o combate aos efeitos da corrupção. Contudo, a aplicação da Lei deve ser feita em consonância com os princípios jurídico-constitucionais de modo a garantir a sua efetividade.

Palavras-chave: Anticorrupção. Empresa. Responsabilidade civil da pessoa jurídica. Direito Civil. Constituição Federal.

ABSTRACT

POLILLO, Renato Romero. **Civil Liability in Anti-corruption Law**. 2019. 240 pages. Thesis (Doctorate in Civil Law) - Law School of Universidade de São Paulo São Paulo, 2019.

The thesis proposes to analyze Law No. 12.846, dated August 1, 2013, known as the Anti-Corruption Law, particularly its regime of accountability for legal entities which perform corrupt acts against the Government. In order to understand the main characteristics of the two systems of accountability established by Law - civil and administrative - within the context of combating corruption, specialized legal scholarship on the subject, domestic and international law norms and Brazilian Superior Court precedents are used to understand how it is applied and what its consequences are. Critical assessment is undertaken of the mechanisms introduced into the Brazilian legal system through Law 12.846/2013 in the light of legal-constitutional principles, especially those dealing with objective civil liability. The first chapter deals with civil liability, addressing its historical evolution and different regimes and theories. The second chapter outlines a brief history of corruption in the world, analyzing its roots and implications as well as the evolution of strategies developed by different nations to counter its effects. The third chapter deals with the US Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), which represents a real milestone in the fight against transnational corporate corruption as, for the first time, companies began to share responsibility for repressing corrupt activity by their agents with the State, under penalty of heavy administrative, civil and criminal penalties. The fourth chapter analyzes the international treaties that followed the FCPA and the impact on corporate corruption laws in Brazil and in the main economies of Latin America, especially Argentina, Chile, Mexico and Peru. The fifth chapter sets out the legislative history of Law No. 12.846/2013, and then begins to study, on the basis of *mens legis*, its controversial points concerning the legal regime and objective liability. Chapter six examines the administrative scope of the liability of legal entities committing an act adversely affecting the Government, highlighting certain new material and formal initiatives, such as the incentive to adopt prevention instruments and leniency agreements. The sixth chapter deals specifically with the civil liability in the judicial sphere of legal entities that have committed acts of corruption by analyzing the main elements, such as (i) reparation of the damages caused to the Government, based on the principle of prohibiting unjust enrichment provided for under Civil Law; (ii) the civil sanctions established in article 19 of the Anti-Corruption Law and their consequences, such as dissolution of the legal entity; and (iii) the procedural rite of cases intended to ascertain the civil liability of the legal entity. Finally, it concludes that Law 12.846/2013 constitutes a significant innovation in the anti-corruption system both domestically and internationally, due to the instruments it has included in the legal system, which will certainly be capable of driving the prevention and combat of the effects of corruption. However, the Law must be applied in accordance with legal-constitutional principles in order to guarantee effectiveness.

Keywords: Anti-corruption. Company. Civil Responsibility of the legal entity. Civil Law. Federal Constitution.

RÉSUMÉ

POLILLO, Renato Romero. La responsabilité civile dans la loi anti-corruption. 2019. 240 fls. Thèse (Doctorat en droit civil) - Faculté de droit de l'Université de São Paulo. São Paulo, 2019.

La thèse propose d'analyser la loi n ° 12.846 du 1er août 2013, dite loi anti-corruption, notamment son régime de responsabilité des personnes morales qui commettent des actes de corruption à l'encontre de l'administration publique. Afin de comprendre les principales caractéristiques des deux systèmes de responsabilité établis dans la loi - civile et administrative - dans le contexte de la lutte contre la corruption, une doctrine spécialisée est utilisée sur le sujet, normes du droit national et international et jurisprudence des cours supérieures brésiliennes pour comprendre comment se déroule son application et quelles en sont les conséquences. L'évaluation critique des mécanismes introduits dans le système juridique brésilien par la loi 12.846/2013 est faite à la lumière des principes juridiques et constitutionnels, notamment ceux qui traitent de la responsabilité civile objective. Le premier chapitre traite de la responsabilité civile, en abordant son évolution historique et ses différents régimes et théories. Le deuxième chapitre décrit brièvement la corruption dans le monde, en analysant ses racines et ses implications, ainsi que l'évolution des stratégies mises au point par différentes nations pour en contrer les effets. Le troisième chapitre traite de la loi américaine sur la corruption (Foreign Corrupt Practices Act - FCPA), qui constitue un véritable jalon dans la lutte contre la corruption transnationale des entreprises puisque, pour la première fois, les entreprises ont commencé à partager avec l'État la responsabilité de la répression des actes de corruption de leurs agents, sous peine de lourdes sanctions administratives, civiles et pénales. Le quatrième chapitre analyse les traités internationaux qui ont suivi la FCPA et son impact sur les lois sur la corruption dans les entreprises au Brésil et dans les principales économies d'Amérique latine, notamment l'Argentine, le Chili, le Mexique et le Pérou. Le cinquième chapitre présente l'historique législatif de la loi n° 12.846/2013 et commence ensuite à étudier, sur la base du *mens legis*, ses points controversés concernant le régime juridique et la responsabilité objective. Dans le sixième chapitre, nous examinons l'étendue administrative de la responsabilité de la personne morale qui a commis un acte affectant de manière néfaste l'administration publique, en soulignant certaines innovations matérielles et formelles, tels que l'incitation à adopter des instruments de prévention et l'accord de clémence. Le sixième chapitre traite spécifiquement de la responsabilité civile judiciaire de la personne morale qui a commis des actes de corruption en analysant ses principaux éléments, tels que (i) la réparation des dommages causés à l'administration publique, avec le principe de l'interdiction de l'enrichissement sans cause prévu en droit civil; (ii) les sanctions civiles prévues à l'article 19 de la loi anti-corruption et ses conséquences, telles que la dissolution de la personne morale; et (iii) le rite procédural de l'action destinée à établir la responsabilité civile de la personne morale. En définitive, on peut conclure que la loi 12.846/2013 constitue une innovation importante dans le système de lutte contre la corruption, tant au niveau national qu'international, grâce aux instruments qu'elle a introduits dans le système juridique, qui seront certainement capables de promouvoir la prévention et le combat aux effets de la corruption. Cependant, l'application de la loi doit être conforme aux principes constitutionnels et juridiques afin de garantir son efficacité.

Mots-clés: Anti-corruption. Entreprise. Responsabilité civile de la personne morale. Droit civil. Constitution fédérale.

LISTA DE ABREVIATURAS

AgRg	Agravo Regimental
AGU	Advocacia-Geral da União
AP	Ação Penal
CGU	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
CNEP	Cadastro Nacional de Empresas Punidas
Conpes	Conselho Nacional de Política Econômica e Social da Colômbia
CPI	Comissão Presidencial de Integridade do Peru
DJe	Diário da Justiça Eletrônico
DOF	Diário Oficial da Federação do México
DOJ	U.S. Department of Justice
DPA	<i>Deferred Prosecution Agreement</i>
FCPA	<i>U.S. Foreign Corrupt Practices Act</i>
GAFI	Grupo de Ação Financeira Internacional
ICC	<i>International Chamber of Commerce</i>
IPC	Índice de Percepção de Corrupção
MS	Mandado de Segurança
MPF	Ministério Público Federal
NPA	<i>Non-Prosecution Agreement</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PAR	Processo Administrativo de Responsabilização
PPIA	Política Pública Integral Anticorrupção da Colômbia
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
SEC	U.S. Securities and Exchange Commission
SNA	Sistema Nacional Anticorrupção do México
SRA	<i>Sentencing Reform Act</i>
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
SVM	Superintendência de Mercado de Valores do Peru
UIF	Unidade de Informação Financeira
USSG	<i>U.S. Sentencing Guidelines</i>

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Análise do número de medidas.....	88
Gráfico 2 - Análise da utilização dos diferentes meios de acordo à disposição do DOJ ...	109
Gráficos 3 - Empresas entrevistadas que tiveram que adequar as suas políticas de compliance para poder exportar e os principais motivos	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Cálculo do grau do ato lesivo praticado pela Odebrecht à luz do USSG	116
Tabela 2 - Cálculo do grau de culpabilidade praticado pela Odebrecht à luz do USSG ...	117
Tabela 3 – Cálculo da faixa do valor da multa a ser imposta	117
Tabela 4 - Número de processos no CGU-PJ	136

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 RESPONSABILIDADE CIVIL	29
1.1 Conteúdo e definições.....	29
1.1.1 Responsabilidade jurídica e moral	30
1.1.2 Responsabilidade subjetiva e objetiva	32
1.1.3 Responsabilidade contratual e extracontratual	36
1.2 Classificação e teorias.....	40
1.2.1 Evolução da responsabilidade civil.....	42
1.2.2 Teoria da culpa e crítica.....	49
1.2.3 Teoria do risco e crítica	50
1.3 Responsabilidade das pessoas jurídicas	55
2 HISTÓRICO SOBRE CORRUPÇÃO.....	61
2.1 Antiguidade.....	61
2.2 Idade Média e Moderna	63
2.3 Idade Contemporânea	67
3 O FCPA COMO IMPORTANTE MARCO NO COMBATE À CORRUPÇÃO EMPRESARIAL TRANSNACIONAL.....	80
3.1 O histórico legislativo do FCPA	80
3.1.1 O primeiro caso de FCPA da história	83
3.1.2 A resistência inicial ao FCPA	85
3.1.3 A mudança de postura dos EUA quanto à aplicação do FCPA	86
3.2 As hipóteses de incidência do FCPA	89
3.3 Os elementos necessários para incidência das regras antissuborno previstas no FCPA e os seus conceitos-chave	90
3.3.1 Oferta, pagamento, promessa de pagar ou autorização para pagamento e a importância da intenção do agente corruptor.....	91
3.3.2 A definição de autoridade pública estrangeira.....	93
3.3.3 A definição de “coisa de valor” e a restrição a presentes, viagens, refeições e entretenimento	95
3.3.4 O exame do <i>business purpose</i>	97
3.4 As defesas afirmativas previstas no FCPA	98
3.5 Os pagamentos de facilitação	99
3.6 A responsabilidade civil, criminal e administrativa.....	100
3.6.1 As ações penais	100
3.6.2 As ações cíveis.....	102
3.7 As sanções civis, penais e administrativas.....	103

3.8 Acordos de leniência e o FCPA Corporate Enforcement Policy	105
3.9 Outros mecanismos de resolução de violações ao FCPA	106
3.9.1 O <i>plea bargain</i>	106
3.9.2 O <i>Non-Prosecution Agreement</i> e o <i>Deferred Prosecution Agreement</i>	108
3.10 Os principais acordos celebrados por infrações ao FCPA decorrentes da Operação Lava Jato	111
3.10.1 O acordo firmado com a Petrobras	111
3.10.2 Os acordos firmados com a Odebrecht e com a Braskem.....	112
3.10.3 Os acordos firmados com a SBM Offshore e a SBM USA	114
3.11 Como é feito o cálculo das multas estipuladas nos acordos	114
3.12 Os efeitos do combate à corrupção transnacional nas empresas que atuam no país	118
3.13 A política de coordenação de penas corporativas e a questão do <i>piling on</i>	119
4 O COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA	123
4.1 Tratados internacionais	123
4.2 Legislações nacionais na América Latina	130
4.2.1 Argentina.....	131
4.2.2 Brasil	135
4.2.3 Chile.....	142
4.2.4 Colômbia.....	146
4.2.5 México	151
4.2.6 Peru	158
5 ASPECTOS CONTROVERSOS SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO PREVISTA NA LEI ANTICORRUPÇÃO	162
5.1 O histórico legislativo da Lei nº 12.846/2013.....	163
5.2 O regime jurídico da responsabilização prevista na Lei Anticorrupção	170
5.3 A responsabilidade objetiva da pessoa jurídica na Lei nº 12.846/2013.....	174
6 RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA NA LEI ANTICORRUPÇÃO.....	183
6.1 Atos lesivos	183
6.2 Sanções.....	186
6.3 <i>Compliance</i>	188
6.4 Acordo de leniência	190
7 A RESPONSABILIDADE CIVIL NA LEI ANTICORRUPÇÃO.....	193
7.1 Os princípios da independência das instâncias de jurisdição e do <i>ne bis in idem</i>	193
7.2 A legitimidade ativa e passiva na ação judicial	195
7.3 O objeto da ação judicial de responsabilidade	197
7.3.1 A natureza das medidas judiciais previstas no artigo 19	197
7.3.1.1 A reparação pelo enriquecimento sem causa	198

7.3.1.2 A sanção civil relativa à suspensão ou interdição parcial da pessoa jurídica	201
7.3.1.3 A sanção civil relativa à dissolução compulsória da pessoa jurídica	202
7.3.1.4 A sanção administrativa prevista no artigo 19	204
7.4 A necessidade de perquirição da culpabilidade da pessoa jurídica	204
7.5 O rito processual da ação para responsabilização da pessoa jurídica	206
CONCLUSÕES	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	217
REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS	233

INTRODUÇÃO

A corrupção representa um limitador de crescimento a qualquer país tanto do ponto de vista social quanto econômico. O custo da corrupção afeta diretamente setores cruciais da sociedade, como educação, saúde, infraestrutura e atividades produtivas em geral, pois recursos que seriam destinados para esses setores acabam sendo ilicitamente desviados para práticas corruptas. E é exatamente este cenário que o Brasil vem enfrentando nas últimas décadas, sendo, por isso, classificado como uma das nações mais corruptas do mundo.

Essa lamentável constatação é demonstrada ano após ano por meio de um relatório denominado Índice de Percepção de Corrupção (IPC),¹ elaborado pela Transparência Internacional, a mais prestigiosa organização global de combate à corrupção com presença em mais de cem países, incluindo o Brasil. O IPC adota uma escala de 0-100 para classificar o nível de corrupção em cada país, no qual 0 ponto significa que o país é considerado altamente corrupto e a pontuação máxima (100 pontos) representa o mais elevado nível de integridade.

O mais recente IPC foi divulgado no início de 2018 e apresentou o resultado da pesquisa realizada em mais de 180 países no decorrer de 2017. A conclusão do estudo não poderia ter sido mais constrangedora para o nosso país, que, com um total de 37 pontos, passou a figurar na 96ª posição entre as nações mais corruptas do mundo, ficando atrás de países como Burkina Faso, Sri Lanka, Ruanda e Timor-Leste (isso sem contar a Nova Zelândia, a nação líder do ranking com 89 pontos). Além disso, a atual posição ocupada pelo Brasil denota uma queda significativa do país no ranking do IPC a partir de 2014, quando ele havia sido ranqueado na 69ª posição.

Outro estudo interessante sobre a corrupção no Brasil foi disponibilizado em março de 2010 pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP),² o qual conseguiu traduzir em dinheiro o custo da corrupção, isto é, a quantia total de recursos desviada das atividades produtivas para a prática de atos corruptivos. E o resultado desse levantamento

¹ O IPC existe desde 1996 e, atualmente, é a mais abrangente e duradora ferramenta de medição de corrupção no mundo, cobrindo mais de 180 países. O resultado da pesquisa mais recente realizada em 2017 está disponível em:

<<https://static1.squarespace.com/static/5a86d82132601ecb510239c2/t/5a8dc5b89140b72fa5081773/1519240719239/IPC+2017+-+RELATO%CC%81RIO+GLOBAL.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2019.

² FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Relatório – Corrupção**: custos econômicos e propostas de combate. São Paulo, mar. 2010. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/relatorio-corruptao-custos-economicos-e-propostas-de-combate/>>. Acesso em: 9 jan. 2019.

foi alarmante: naquele momento, estimava-se que o custo médio da corrupção equivaleria entre 1,38% e 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2008, ou seja, entre R\$ 41,5 bilhões e R\$ 69,1 bilhões.

Diante desses números exorbitantes, é inevitável a reflexão sobre como um país com uma das maiores economias do mundo pode tolerar o custo tão elevado da corrupção, capaz de resultar em um baixo índice de desenvolvimento humano³ e em uma desigualdade social extrema, considerada uma das maiores do mundo.⁴ No Brasil, a corrupção desenfreada é facilmente perceptível e tem se manifestado em diferentes formas: na redução da renda *per capita*, na queda do bem-estar social da população, na diminuição do crescimento econômico e da competitividade do país no mercado internacional, na instabilidade do ambiente de negócios, dentre outras.

O combate à corrupção e o aperfeiçoamento de instrumentos de fiscalização do Estado revelam-se, portanto, essenciais para permitir que o país possa crescer e se desenvolver de maneira plena e eficiente. Segundo o estudo da FIESP citado anteriormente,⁵ se o dinheiro desviado para a corrupção fosse aplicado, por exemplo, em educação, a rede pública poderia atender mais 16,4 milhões de alunos do ensino fundamental, um aumento de 48%. Caso o montante fosse aplicado no Sistema Único de Saúde (SUS), seria possível manter mais 327 mil leitos de internação em funcionamento. No que concerne à infraestrutura, o Brasil poderia aumentar a sua malha ferroviária em 13.230km ou então construir 277 novos aeroportos ou 184 portos com o dinheiro ilicitamente desviado. Não há dúvida de que o Brasil passaria a ser uma verdadeira potência econômica capaz de fazer frente às principais potências do mundo, como Estados Unidos da América (EUA) e China, apenas estacando a sangria causada aos cofres públicos pela corrupção.

Os países desenvolvidos já haviam percebido essa necessidade de mudança há alguns anos, com destaque para os EUA, que, conforme veremos, foram os precursores no combate à corrupção corporativa transnacional por meio da edição do “Foreign Corrupt

³ Atualmente o Brasil está na 79ª posição no ranking IDH Global atrás de países como Venezuela, Sri Lanka e Cazaquistão. ONU. **Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update**. New York, 2018. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2019.

⁴ ALVAREDO, Facundo, et al. (Coord.). **World Inequality Report 2018**. Disponível em: <<https://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2019.

⁵ FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Relatório – Corrupção: custos econômicos e propostas de combate**. São Paulo, mar. 2010. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/relatorio-corruptao-custos-economicos-e-propostas-de-combate/>>. Acesso em: 9 jan. 2019.

Practices Act” (FCPA) em 1977. Desde então, diversos tratados internacionais com o mesmo propósito foram assinados por diferentes países, incluindo o Brasil. A título de exemplo, em dezembro de 1997, o nosso país assinou a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Convenção da OCDE), que foi ratificada em 15 de junho de 2000 e promulgada no mesmo ano pelo Decreto nº 3.678/00.

Somente dez anos depois o Brasil passou a se mover para adotar as medidas necessárias à responsabilização de pessoas jurídicas pela corrupção de funcionários públicos estrangeiros nos seus artigos previstas na Convenção da OCDE. Em 2010, o Governo Federal enviou ao Congresso um anteprojeto de lei (posteriormente convertido no Projeto de Lei nº 6.826/2011) que dispunha sobre a responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos ilícitos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, notadamente aqueles relacionados com corrupção e fraude em licitações e contratos administrativos.

O Projeto de Lei nº 6.826/2010 tramitava lentamente na Câmara dos Deputados, quando durante a realização da Copa das Confederações, em junho de 2013, deu-se início a diversas manifestações populares em todo o país contra a corrupção, que, naquele momento, evidenciava-se pelos gastos públicos excessivos com os estádios construídos e reformados para os jogos da Copa do Mundo organizada pela FIFA.

Em resposta aos anseios da população, o Congresso acelerou o trâmite do referido Projeto, o qual, depois de ter sido aprovado em tempo recorde pelo Senado Federal, foi convertido na Lei nº 12.846/2013, também denominada Lei Anticorrupção, promulgada em 1º de agosto de 2013 com alguns vetos, em especial aquele que tratava da necessidade de perquirição de culpa ou dolo das pessoas jurídicas nas hipóteses de responsabilização civil na esfera judicial, como poderemos examinar no decorrer deste trabalho.

De qualquer forma, a Lei nº 12.846/2013 constitui relevante avanço do Brasil no combate à corrupção doméstica e internacional, na medida em que, pela primeira vez, o Estado brasileiro passou a compartilhar com as empresas a responsabilidade pela repressão aos atos corruptivos praticados contra a Administração Pública mediante a imposição de pesadas sanções civis e administrativas.

Dentre as novidades inseridas pela Lei Anticorrupção, destaca-se a possibilidade de a pessoa jurídica ser objetivamente responsabilizada pela conduta dos seus dirigentes, empregados ou prepostos que tenham gerado algum dano ao erário. Em outros termos,

bastará a Administração Pública demonstrar o nexo causal entre o ato do agente e o dano causado, sem a necessidade de demonstrar a existência de culpa, para que a pessoa jurídica seja obrigada a ressarcir os prejuízos e/ou arcar com as sanções previstas na lei. Como veremos, esta inovação normativa configura exceção à regra da responsabilização subjetiva consagrada no Direito Civil brasileiro e tem sido objeto de controvérsia nos meios acadêmico e empresarial.

Esta e outras modificações introduzidas no sistema jurídico pela Lei nº 12.846/2013 serão objeto de detida análise, dando-se especial enfoque às questões relativas à responsabilidade civil da pessoa jurídica pela prática dos atos lesivos enumerados no artigo 5º da lei contra a Administração Pública.

Contudo, antes de se aprofundar no assunto de maior atenção deste trabalho, no primeiro capítulo, abordaremos a evolução da responsabilidade civil sob a perspectiva tanto de direito interno quanto de direito internacional, bem como as suas principais classificações e teorias de modo a estabelecer noções fundamentais sobre o tema necessárias ao desenvolvimento do trabalho.

O segundo capítulo, por sua vez, traçará um breve histórico da corrupção, desde a Antiguidade até a Idade Contemporânea, a fim de compreendermos as suas raízes e implicações, além de analisarmos a evolução das estratégias desenvolvidas pelas diferentes nações para combater a corrupção.

Superadas as questões introdutórias concernentes à responsabilidade civil e à corrupção, no terceiro capítulo, examinar-se-á a primeira lei do mundo a tratar especificamente da corrupção corporativa transnacional: o FCPA editado pelos EUA no ano de 1977. Esta lei foi uma resposta do governo americano aos escândalos de corrupção enfrentados pelo referido país naquele período, notadamente o caso Watergate, que culminou com a renúncia do então Presidente Richard Nixon.

Como será exposto com maior profundidade no decorrer deste trabalho, o FCPA inovou ao transferir para as empresas americanas a responsabilidade pelo combate à corrupção transnacional, criando um arcabouço jurídico capaz de incentivá-las a adotar sofisticados mecanismos de prevenção sob pena de sofrerem pesadas sanções administrativas, civis e criminais. Tendo em vista que naquele momento as principais potências econômicas (com exceção naturalmente dos EUA) não estavam engajadas no combate à corrupção internacional – quando não a estimulavam –, o FCPA demorou a ser aplicado de forma ampla e efetiva sob a justificativa de que ele poderia afetar a competitividade das companhias americanas no comércio internacional. Entretanto, no

final da década de 1990, este cenário começou a mudar por meio da edição de tratados internacionais que passaram a regular a matéria, especialmente a Convenção da OCDE.

Considerando que alguns desses tratados internacionais foram ratificados pelo Brasil, o quarto capítulo analisará de forma pontual o conteúdo e o objetivo dos aludidos tratados, bem como as legislações dos principais países da América Latina, incluindo o Brasil, que regulam o combate à corrupção tanto no âmbito doméstico quanto internacional. Entendemos que essa comparação de sistemas jurídicos, mesmo que superficial, ganha ainda relevo em um cenário no qual é cada vez mais comum o aumento de investimentos e a redução de barreiras comerciais entre os países latino-americanos, sem mencionar o gradativo surgimento de multinacionais locais com forte presença na região.

No quinto capítulo, será abordado o histórico legislativo da Lei Anticorrupção desde o seu anteprojeto confeccionado pelo Governo Federal em 2010 até a sua promulgação em 1º de agosto de 2013, visando analisar os seus principais pontos controvertidos, quais sejam, o regime jurídico ao qual a Lei está inserida e a responsabilidade objetiva nela prevista, à luz da vontade do legislador (*mens legis*). O estudo crítico sobre esses pontos fundamentais da Lei nº 12.846/2013 também será feito com base nos princípios jurídico-constitucionais, os quais certamente deverão nortear a interpretação e a aplicação da norma pelos operadores do direito.

Sem a pretensão de esgotar toda a discussão relativa à responsabilidade administrativa estabelecida na Lei Anticorrupção, o sexto capítulo fará uma análise sucinta sobre os seus principais aspectos, com destaque para as condutas tipificadas no artigo 5º da Lei, o sistema sancionador adotado na esfera administrativa, a relevância da adoção dos programas de integridade e de *compliance* pelas empresas e o acordo de leniência.

No sétimo e último capítulo, será examinada a responsabilidade civil da pessoa jurídica no âmbito do processo judicial. Para tanto, analisaremos os seguintes fatores indicados na Lei Anticorrupção: (i) a reparação dos danos causados à Administração Pública com fulcro no princípio à vedação do enriquecimento sem causa previsto no Direito Civil; (ii) as sanções civis previstas no artigo 19 da Lei Anticorrupção e as suas consequências, como a suspensão, interdição parcial e dissolução da pessoa jurídica; e (iii) o rito processual da ação que se destina a apurar a responsabilidade civil da pessoa jurídica.

Diante do atual cenário político do país, no qual o combate à corrupção tem cada vez mais recebido atenção da população, da mídia especializada e, principalmente, do novo Governo Federal, o estudo dogmático jurídico da responsabilidade civil das pessoas

jurídicas na Lei Anticorrupção demonstra ser importante para a sua interpretação e efetiva aplicação pelos operadores do direito.

Assim, esperamos que, ao final deste trabalho, possamos ter colaborado com o debate sobre as relevantes inovações inseridas pela Lei nº 12.846/2013 no complexo sistema de combate à corrupção brasileiro.

CONCLUSÕES

1. No Direito Civil brasileiro, prevalece a responsabilidade subjetiva, pela qual há necessidade de perquirição da culpa do agente de modo a criar a obrigação de reparar o dano causado. O dever de indenizar, portanto, decorre de uma ação ou omissão voluntária, relação de causalidade e culpa, nos termos dos artigos 186 e 927 do Código Civil.

2. Com o desenvolvimento econômico e o aumento exponencial de danos, a responsabilidade objetiva surge no Direito Civil brasileiro para desconsiderar a culpabilidade, conferindo enfoque maior ao ato causador do que ao ato ilícito em si e, com isso, impedir que a necessidade de comprovação da culpa torne a indenização impraticável. A responsabilidade objetiva está lastreada na teoria do risco, que determina a obrigação de reparar o dano com base na atividade de risco praticada pelo causador do dano, e é prevista no parágrafo único do artigo 927 do Código Civil.

3. A norma contida no citado dispositivo legal é considerada aberta e a sua aplicação dependerá da discricionariedade do juiz, que deverá analisar o caso concreto para apurar se a atividade do causador do dano não é uma atividade eventual, mas sim prática normalmente desenvolvida. No âmbito da responsabilidade objetiva, a jurisprudência tem construído a doutrina da responsabilidade objetiva agravada, a qual se relaciona a riscos específicos cuja indenização é punitiva, especialmente no âmbito da responsabilidade da Administração Pública.

4. A responsabilidade objetiva deve ser aplicada de forma restrita nos casos previstos expressamente em lei que a autorize ou na forma prevista no parágrafo único do artigo 927 do Código Civil. Em outros termos, quando não houver lei expressa, aplica-se a regra geral do direito brasileiro, qual seja, a responsabilidade subjetiva.

5. A responsabilidade civil, conjuntamente com as funções clássicas de ressarcimento e compensação, caracteriza-se também pela função punitiva, denominada pena privada. A função punitiva tem se destacado na doutrina devido à insuficiência da reparação pecuniária em alguns casos, como nos danos ambientais e danos em massa contra consumidores.

6. No que concerne à responsabilidade civil das pessoas jurídicas, no sistema jurídico brasileiro atual prevalece a teoria da realidade pela qual as pessoas jurídicas não são consideradas mera ficção, na medida em que possuem realidade própria e distinta das

peças naturais. Assim, todos os atos de organização, administração e gestão da pessoa jurídica praticados por pessoas naturais devem ser imputados à própria pessoa jurídica.

7. A ideia de responsabilidade da pessoa jurídica surgiu no Brasil em 1988 por meio da Constituição Federal, cujo artigo 225, § 3º, estabelece a responsabilidade penal das pessoas jurídicas por crimes ambientais, e também por lei específica, a Lei nº 9.605/98, que regula as sanções penais e administrativas decorrentes de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente praticadas por pessoas jurídicas e naturais.

8. A responsabilidade administrativa da pessoa jurídica também é permitida pelo ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei nº 12.846/2013, denominada Lei Anticorrupção, cujo artigo 1º expressamente prevê a responsabilização objetiva administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

9. A Lei Anticorrupção é fruto de diversos tratados internacionais de combate à corrupção assinados pelo Brasil que foram fatores determinantes para a edição no âmbito nacional da referida Lei. Dentre os tratados internacionais ratificados pelo país que ensejaram a promulgação da Lei nº 12.846/2013, destacam-se os seguintes: a Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais aprovada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Convenção da OCDE); a Convenção Interamericana contra a Corrupção, aprovada pela Organização dos Estados Americanos (Convenção da OEA); e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção aprovada pela Organização das Nações Unidas (Convenção de Mérida).

10. A Convenção da OCDE foi o primeiro acordo multilateral de combate à corrupção transnacional e a sua edição foi fortemente apoiada pelos EUA, que, em 1977, haviam promulgado a primeira legislação do mundo sobre o tema em resposta ao caso Watergate, um dos maiores escândalos políticos do país, que culminou com a renúncia do então Presidente Richard Nixon: o “Foreign Corrupt Practices Act” (FCPA).

11. Pelo FCPA, o governo americano passou a coibir o pagamento de subornos para autoridades públicas estrangeiras pelas empresas americanas com o objetivo de obter ou assinar contratos. O FCPA transferiu para as empresas a responsabilidade pelo combate à corrupção internacional mediante o incentivo de adoção de mecanismos de prevenção sob pena de sofrerem pesadas sanções administrativas, civis e criminais. A aplicação dessas sanções é feita por duas agências governamentais: o “U.S. Department of Justice” (DOJ) e a “Securities Exchange Commission” (SEC).

13. Diferentemente da Lei nº 12.846/2013, o tipo de responsabilidade estabelecida no FCPA é, em regra, subjetiva, o que dificulta sobremaneira o trabalho das agências, mormente nas ações penais que observam a regra *beyond a reasonable doubt* (“além de uma dúvida razoável”), pela qual a intenção do agente corruptor deve ser necessariamente demonstrada para incidência da penalidade estipulada em lei. Todavia, em razão dos altos custos envolvidos nas ações judiciais nos EUA, geralmente, as partes preferem celebrar acordos visando encerrar ações antes mesmo de elas se iniciarem.

14. Nesse sentido, a legislação americana inovou ao permitir a celebração de acordo de leniência entre pessoas jurídicas que tenham infringido as normas antissuborno do FCPA e o DOJ e/ou a SEC. Outros instrumentos de resolução também são constantemente utilizados por essas agências, quais sejam, o *plea bargain* (“acordo penal”), o *Non-Prosecution Agreement* (NPA) e o *Deferred Prosecution Agreement* (DPA). Em regra, o DOJ e a SEC devem observar as regras estabelecidas no *U.S. Sentencing Guidelines* para fixar as sanções a serem impostas às empresas violadoras do FCPA por meio dos aludidos instrumentos.

15. Como exemplo do amplo alcance do FCPA, recentemente algumas empresas implicadas na Operação Lava Jato, dentre elas, Petrobras, Odebrecht, Braskem e SBM Offshore, celebraram acordos com o DOJ e com a SEC nos EUA, pelos quais se obrigaram a efetuar pagamentos milionários para encerrarem as ações e investigações em curso naquele país.

16. Visando evitar a ocorrência do fenômeno denominado *piling on*, pelo qual a mesma empresa sofre múltiplas sanções decorrentes da mesma conduta em diferentes jurisdições, como a Odebrecht e a Braskem, que foram penalizadas tanto no Brasil quanto nos EUA, sugerimos a criação de uma autarquia que congregue os principais órgãos componentes do aparato estatal de controle para, dentre outras funções, coordenar com governos estrangeiros a imposição de sanções às empresas cujas condutas estejam sendo investigadas simultaneamente no Brasil e em outros países, a fim de que as penalidades sejam aplicadas de forma razoável e proporcional.

17. Na década de 1990, os EUA passaram a apoiar a edição de um acordo multilateral de combate à corrupção transnacional, pois, naquele momento, estavam em posição de desvantagem competitiva em relação às outras potências econômicas, como Alemanha, França e Inglaterra, que não coíbiam o pagamento de propinas para funcionários públicos estrangeiros para obtenção ou manutenção de contratos.

18. Nesse contexto, em dezembro de 1997, foi assinada a Convenção da OCDE por seus Estados-membros, juntamente ao Brasil, Argentina, Bulgária, Chile e República Eslovaca. O artigo 2 da referida Convenção dispõe que: “cada Parte deverá tomar todas as medidas necessárias ao estabelecimento das responsabilidades de pessoas jurídicas pela corrupção de funcionário público estrangeiro, de acordo com seus princípios jurídicos”.

19. Como exposto anteriormente, além da Convenção da OCDE, o Brasil também assinou e ratificou outros dois importantes tratados internacionais que também abordavam o mesmo tema: a Convenção de Mérida e a Convenção da OEA. Em cumprimento a esses tratados, o país editou a Lei nº 12.846/2013. Assim como o Brasil, outros países da América Latina, com destaque para Argentina, Chile, Peru, Colômbia e México, editaram leis de direito interno em cumprimento aos mencionados tratados, objetivando responsabilizar as pessoas jurídicas pela corrupção de funcionários públicos estrangeiros.

20. No tocante à Lei Anticorrupção promulgada em 1º de agosto de 2013, a análise do seu histórico legislativo demonstra que o legislador optou pela responsabilidade objetiva civil e administrativa da pessoa jurídica que praticar ato lesivo à Administração Pública, na medida em que a responsabilidade penal não era suficiente para oferecer mecanismos céleres e efetivos para punir as sociedades empresárias.

21. Com fundamento na *mens legis*, constatamos que o regime jurídico da responsabilização jurídica prevista na Lei Anticorrupção é misto, ao passo que as sanções nela previstas têm caráter tanto de reparação de danos, regida, portanto, pelo Direito Civil, como de punição, que é regulada pelo Direito Administrativo Sancionador.

22. Em relação à responsabilidade objetiva estipulada na Lei nº 12.846/2013, verifica-se a existência de três correntes doutrinárias sobre o tema: (i) a primeira entende que a responsabilidade deve ser aplicada apenas nas hipóteses que tratam de reparação de dano, ao passo que nos casos de punição deverá o intérprete perquirir a existência de culpa; (ii) a segunda corrente defende que a responsabilidade objetiva seria inconstitucional, dado o seu caráter penal; e (iii) a terceira e última corrente afirma que a responsabilidade objetiva é plenamente aplicável a todos os casos previstos na Lei Anticorrupção com base no parágrafo único do artigo 927, no inciso III do artigo 932 e no artigo 933 do Código Civil.

23. Após examinar as correntes doutrinárias que tratam do tema, concluímos que a responsabilidade objetiva prevista na Lei Anticorrupção deve incidir apenas nas hipóteses de reparação de danos, porquanto é indiscutível que a regra geral no Direito Civil

continua sendo a aplicação da responsabilidade subjetiva, incluindo as sanções civis e administrativas delineadas na referida lei.

24. Para as hipóteses descritas na Lei nº 12.846/2013 que ensejam a imposição de sanções civis e administrativas, entendemos que a culpabilidade da pessoa jurídica deverá ser analisada à luz de critérios objetivos consoante à teoria do defeito da organização. Esta teoria estabelece que o núcleo de responsabilidade ou culpabilidade da pessoa jurídica é a ausência ou a deficiência de instrumentos capazes de coibir a prática de ilícitos, sendo, portanto, desnecessário perquirir a culpa dos dirigentes, empregados e/ou prepostos.

25. Nesse contexto, verifica-se plenamente viável a aplicação de excludentes da responsabilidade objetiva em favor da pessoa jurídica, como a existência de mecanismos de controles internos e de *compliance* que comprovariam a ruptura do nexo causal entre a conduta da empresa e o dano causado à Administração Pública.

26. A Lei Anticorrupção prevê sanções aplicáveis em dois âmbitos: administrativo e judicial. As sanções somente poderão ser aplicadas depois de transcorrido o processo administrativo ou judicial, a depender da natureza da sanção a ser aplicada, devendo ser observados em ambos os tipos de processos, os princípios do contraditório e da ampla defesa, sob pena de nulidade.

27. Sobre a responsabilidade administrativa, a lei dispõe no artigo 6º as seguintes sanções: multa, no valor de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e publicação extraordinária da decisão condenatória.

28. Por força do princípio da independência das instâncias de jurisdição, o artigo 18 da Lei Anticorrupção estabelece que a responsabilidade da pessoa jurídica “não afasta a possibilidade de sua responsabilidade judicial”. Dessa forma, o dispositivo legal determina que a apuração de responsabilidade no âmbito do processo administrativo não obsta que ela também seja perquirida judicialmente independentemente do resultado alcançado na instância administrativa.

29. Com fulcro no referido princípio da independência das instâncias de jurisdição, também se constata a inexistência de violação ao princípio *ne bis in idem*, haja vista ser constitucionalmente possível a condenação da pessoa jurídica pela mesma conduta mais de uma vez desde que fora da mesma esfera de responsabilidade.

30. No âmbito judicial, a Lei Anticorrupção concede autorização às Advocacias Públicas, órgãos de representação judicial e ao Ministério Público para propor ações judiciais a fim de aplicar tais sanções: (i) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé; (ii) suspensão ou interdição parcial de suas atividades; (iii) dissolução compulsória da pessoa jurídica; e (iv) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo Poder Público, pelo prazo mínimo de um ano e máximo de cinco anos.

31. Quanto à natureza jurídica das sanções passíveis de responsabilização na esfera judicial, depreende-se que aquelas enumeradas nos itens (i) a (iii) acima têm natureza civil, pois se perfazem no âmbito civil, ao passo que aquela indicada no item (iv) tem natureza administrativa, na medida em que a sua execução depende da própria Administração Pública.

32. Como o perdimento de bens direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração configura verdadeira reparação de dano por enriquecimento sem causa previsto no artigo 884 do Código Civil, entendemos que, nesta hipótese, a pessoa jurídica responderá objetivamente pelo dano causado à Administração Pública com base no parágrafo único do artigo 927 do Código Civil e na tese exposta no item 23 acima. Assim, caberá à Administração Pública comprovar o nexo de causalidade entre a conduta praticada pela pessoa jurídica e o dano, sendo desnecessária a prova de culpa ou dolo.

33. No que diz respeito à sanção relativa à suspensão ou interdição parcial da pessoa jurídica, verifica-se que a primeira é de caráter temporário e a segunda de caráter permanente. Todavia, a lei não forneceu elementos necessários para definição do prazo máximo de duração das referidas sanções, cabendo à doutrina e jurisprudência esta questão em aberto, caso contrário, elas assumiriam o caráter de perpetuidade, o que é vedado pelo artigo 5º, XLVII, “b”, da Constituição Federal.

34. Além disso, a Lei Anticorrupção prevê que a pessoa jurídica poderá continuar operando nas hipóteses de suspensão e interdição parcial, razão pela qual era necessário que o legislador estabelecesse o seu âmbito de abrangência de maneira que as referidas sanções não acabassem por inviabilizar a continuidade das atividades desenvolvidas pela pessoa jurídica.

35. A mais grave das sanções civis estipuladas na Lei nº 12.846/2013 refere-se à dissolução compulsória da pessoa jurídica que tenha cometido ato lesivo contra a Administração Pública. Para tanto, a lei exige que seja demonstrado um dos seguintes elementos: (i) ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos ou (ii) ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

36. Embora o legislador tenha deixado de maneira clara as condutas e os elementos que ensejam a dissolução da pessoa jurídica no artigo 19, § 1º, I e II, fato é que a lei não especifica qual seria o alcance dessa dissolução compulsória, isto é, se ela seria total ou parcial.

37. A partir da análise do inciso I do artigo 19 da Lei Anticorrupção, é possível concluir que a hipótese nele descrita refere-se à pessoa jurídica regularmente constituída para exercer determinada atividade econômica, tendo, entretanto, a sua finalidade desviada mediante o abuso de sua utilização para prática de atos ilícitos. Nesse caso, verifica-se que a empresa é, na realidade, vítima de seus sócios ou de outra pessoa jurídica. Nesta hipótese, entendemos que a dissolução da pessoa jurídica deverá ser parcial, com fundamento nos princípios da função social e da preservação da empresa.

38. Em contrapartida, o inciso II do artigo 19 apresenta hipótese diversa daquela exposta no inciso anterior, na medida em que a dissolução se aplica à pessoa jurídica que tenha sido deliberadamente constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados. Neste caso, portanto, constata-se que a dissolução total da pessoa é mandatória em decorrência do seu nítido desvio de finalidade.

39. Embora não exista qualquer previsão legal, também defendemos que a pessoa jurídica possa ter o seu administrador corrupto excluído dos quadros societários, de modo a permitir que ela continue operando normalmente, assegurando, assim, a manutenção das empresas, dos empregos e da geração de renda decorrente da atividade econômica desempenhada pela pessoa jurídica.

40. Dada a gravidade das sanções civis que podem ser aplicadas no processo judicial, além da aplicação da responsabilidade subjetiva com base nos argumentos deduzidos nos itens 23 e 24 acima, concluímos que a Lei Anticorrupção poderia ser modificada de modo que o ônus da prova fosse invertido tanto no âmbito judicial como administrativo. Assim, caberia à pessoa jurídica demonstrar que os eventuais atos lesivos não foram praticados, com dolo ou culpa, em seu interesse ou benefício.

41. A Lei nº 12.846/2013 determina que o processo judicial de responsabilização da pessoa jurídica adote o rito da ação civil pública, objeto da Lei nº 7.347/85. Com base no artigo 2º da Lei nº 7.347/85, o juízo competente para julgar a ação judicial com fundamento na Lei Anticorrupção é do foro do local onde o dano tiver ocorrido.

42. Considerando que a Lei Anticorrupção efetivamente entrou em vigor há cerca de cinco anos, a construção jurisprudencial ainda é incipiente. Entretanto, já é possível perceber a efetividade do ajuizamento da ação civil pública lastreada na Lei Anticorrupção: tem-se notícia de que já foram ajuizadas duas ações no país – uma no Estado de Goiás e outra no Estado de Minas Gerais – que tratam de supostos desvios milionários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, André Amaral de. Desvendando a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas pelas penas previstas na Lei Anticorrupção. **Revista da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (EMARF)**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 17-62, maio/out. 2015. Disponível em: <<http://emarf.trf2.jus.br/site/documentos/revistaemarfv22.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. O veto como condicionante da interpretação das leis. In: MARQUES NETO, Floriano de Azevedo et. al. (Org.). **Direito e Administração Pública: estudos em homenagem a Maria Sylvia Zanella Di Pietro**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 3-18.

ALVAREDO, Facundo, et al. (Coord.). **World Inequality Report 2018**. Disponível em: <<https://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2019.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 12. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2014.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria geral das obrigações e responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BARROS, Zanon de Paula. Questões atinentes à chamada lei anticorrupção. **Revista de Direito Empresarial**, São Paulo, v. 2, p. 257-265, mar./abr. 2014.

BEATTY, Jonathan; BOLTE, Gisela; BYRON, Christopher. Big Profits in Big Bribery. **Time**, 16 mar. 1981. Disponível em: <<http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,922462,00.html>>. Acesso em: 24 dez. 2018.

BIAZI, Danielle Portugal de. **Os fundamentos da indenização punitiva e sua aplicabilidade no direito brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. **Foreign Corrupt Practices Act Compliance Guidebook: protecting your organization from bribery and corruption.** Hoboken (EUA): Wiley, 2010.

BITTAR, Carlos Alberto. **Responsabilidade civil: teoria e prática.** 5. ed. atual. por Eduardo Carlos Bianca Bittar. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BLOK, Marcella. A nova lei Anticorrupção e o Compliance. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 65, p. 263-318, jul./set. 2014.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. A Lei Anticorrupção como lei penal encoberta. **Consultor Jurídico**, 8 jul. 2014. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-jul-08/direito-defesa-lei-anticorruptcao-lei-penal-encoberta>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz; TAMASAUSKAS, Igor Sant'Anna. A controversa responsabilidade objetiva na Lei nº 12.846/2013. **Revista do Advogado**, São Paulo, ano XXXIV, n. 125, p. 125-130, dez. 2014.

BOUDEVILLE, Adrien Gaston. **Responsabilidade civil objetiva e a teoria do risco aplicado no parágrafo único do art. 927 do Código Civil brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRANDÃO, Carlos Eduardo Lessa; FONTES FILHO, Joaquim Rubens; MURITIBA, Sérgio Nunes (Org.). **Governança corporativa e integridade empresarial: dilemas e desafios.** 1. ed. São Paulo: Saint Paul Ed., 2017.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Governo Federal aplica 30 punições a empresas por fraude, propina e financiamento ilícito.** Brasília, DF, 22 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/noticias/2018/01/governo-federal-pune-30-empresas-por-fraude-propina-e-financiamento-ilicito>>. Acesso em: 8 dez. 2018

BREWSTER, Rachel. Enforcing the FCPA: International Resonance and Domestic Strategy. **Virginia Law Review**, v. 103, n. 8, p. 1611-1682, Dec. 2017. Disponível em: <<http://fcpa.stanford.edu/academic-articles/20171201-enforcing-the-fcpa-international-resonance-and-domestic-strategy.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2018.

BRIOSCHI, Carlo Alberto. **Corruption**. Tradução de Antony Shugaar. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2017.

BRUNET, Jean-F. **De la responsabilité de l'État législateur**. Paris: Ed. de Boccard, 1963.

CAMBI, Eduardo; GUARAGNI, Fábio André (Coord.); BERTONCINI, Mateus Eduardo Siqueira Nunes (Org.). **Lei anticorrupção: comentários à Lei 12.846/2013**. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2014.

CANETTI, Rafaela Coutinho. **Acordo de leniência: fundamentos do instituto e os problemas de seu transplante ao ordenamento jurídico brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

CARVALHOSA, Modesto. **Considerações sobre a lei anticorrupção das pessoas jurídicas**. Lei 12.846/2013. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

CASSETARI, Christiano (Coord.); VIANA, Rui Geraldo Camargo (Orient.). **10 anos de vigência do Código Civil brasileiro de 2002: estudos em homenagem ao professor Carlos Alberto Dabus Maluf**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. São Paulo: Atlas, 2014.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

DELOITTE; INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE – Brasil. **Integridade corporativa no Brasil – Evolução do compliance e das boas práticas empresariais nos últimos anos**. Pesquisa 2018. Disponível em:

<<https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/risk/articles/integridade-corporativa-evolucao-do-compliance.html>>. Acesso em 05 jan. 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979. v. 1.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 7.

DIPP, Gilson; CASTILHO, Manoel L. Volkmer de. **Comentários sobre a lei anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2016.

DONNINI, Rogério José Ferraz. **Responsabilidade civil pós-contratual: no direito civil, no direito do consumidor, no direito do trabalho e no direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Responsabilidade civil na pós-modernidade - felicidade, proteção, enriquecimento com causa e tempo perdido**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2015.

DONNINI, Rogério José Ferraz; NERY, Rosa Maria de Andrade (Org.). **Responsabilidade civil: estudos em homenagem ao professor Rui Geraldo Camargo Viana**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

FAGUNDES, Cristiane Druve Tavares. **Responsabilidade objetiva por dano processual**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

FAVERO, Fabricio. **Responsabilidade civil dos auditores independentes: uma análise da sua função e critérios para sua responsabilização**. São Paulo: Almedina, 2018.

FERRARI, Eduardo Reale. O acordo de leniência como forma de garantia da preservação da empresa. **Revista de Direito Recuperacional e Empresa**, São Paulo, v. 4, abr./jun.

2017. (Título original: The Leniency Agreement as a way to guarantee the Preservation of the Company).

FERREIRA, Daniel. **Sanções administrativas**. São Paulo: Malheiros, 2001.

FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Relatório – Corrupção**: custos econômicos e propostas de combate. São Paulo, mar. 2010. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/relatorio-corrupcao-custos-economicos-e-propostas-de-combate/>>. Acesso em: 9 jan. 2019.

FINE, Toni M. **Introdução ao sistema jurídico anglo-americano**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2011.

FREITAS JUNIOR, Dorival de. **Lei anticorrupção**: as inconstitucionalidades na responsabilização da pessoa jurídica. Curitiba: Juruá, 2017.

FURTADO, Lucas Rocha. **As raízes da corrupção no Brasil**: estudos de caso e lições para o futuro. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

GIERKE, Otto Friedrich von. **Deutsches Privatrecht**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1895. (Series: Systematisches Handbuch der Deutschen Rechtswissenschaft, 2).

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **Responsabilidade civil pelo risco da atividade**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOMES, José Jairo. **Responsabilidade civil e eticidade**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

GOMES, Luiz Roldão de Freitas. **Elementos de responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

GOMES, Orlando. **Responsabilidade civil**. Rev., atual. e ampl. por Edvaldo Brito. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Direito das obrigações:** responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2015. (parte especial, tomo II).

_____. **Direito civil brasileiro:** responsabilidade civil. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 4.

GRECO FILHO, Vicente; RASSI, João Daniel. **O combate à corrupção e comentários à lei de responsabilidade das pessoas jurídicas:** Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. São Paulo: Saraiva, 2015.

GUARAGNI, Fábio André; BUSATO, Paulo César (Coord.); DAVID, Décio Franco (Org.). **Compliance e direito penal.** São Paulo: Atlas, 2015.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida (Org.). **Responsabilidade civil.** 1. ed. São Paulo: Ed. Rideel, 2011.

HEINEN, Juliano. **Comentários à lei anticorrupção:** Lei nº 12.846/2013. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Responsabilidade pressuposta.** Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Responsabilidade pressuposta: evolução de fundamentos e de paradigmas da responsabilidade civil na contemporaneidade. In HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; FALAVIGNA, Maria Clara Osuna Diaz. **Ensaio sobre responsabilidade civil na pós-modernidade.** Porto Alegre: Magister, 2007

IHERING, Rodolpho von. **Kampf ums recht.** Wien: Universitäts-Buchhandlung, 1897.

JOSSERAND, Louis. **De la responsabilité du fait des choses inanimées.** Paris: A. Rosseau, 1897.

JOURDAIN, Patrice. **Les principes de la responsabilité civile.** Paris: Dalloz, 1992.

KOEHLER, Mike. The FCPA as an ambiguous statute and the importance of legislative history. **FCPA Professor**, Feb. 13, 2013. Disponível em: <<http://fcpaprofessor.com/the-fcpa-as-an-ambiguous-statute-and-the-importance-of-legislative-history/>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

_____. **The Foreign Corrupt Practice Act in a New Era**. Northampton (EUA): Edward Elgar, 2014.

_____. The FCPA turns 41. **FCPA Professor**, 19 dez. 2018. Disponível em: <<http://www.fcpablog.com/blog/tag/jimmy-carter>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

KUYVEN, Fernando. Aplicação ultraterritorial da lei anticorrupção. **Revista de Direito Empresarial**, São Paulo, v. 4, p. 263-280, jul./set. 2014.

LATORRE, Ignacio Berdugo Gómez de; BECHARA, Ana Elisa Liberatore S. O controle da corrupção: a experiência espanhola. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 947, p. 359-383, set. 2014.

LEITE, Eduardo de Oliveira (Coord.). **Grandes temas da atualidade: Responsabilidade civil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. v. 6.

LESSA, Sebastião José. **Lei anticorrupção: mecanismo de contenção, de repressão e de reparação** (Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2015). Belo Horizonte: Fórum, 2018.

LIMA, Alvino. **Culpa e risco**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1960.

_____. **A responsabilidade civil pelo fato de outrem**. 2. ed. rev. e atual. por Nelson Nery Jr. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de direito civil: obrigações e responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 2.

LIVIANU, Roberto. **Corrupção:** incluindo a Lei Anticorrupção. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

LOBO Filho, Fernando Rissoli. **A lei anticorrupção e o regime jurídico do Direito Administrativo Sancionador.** 217 p. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de direito civil.** 8. ed. rev. e atual. por José Serpa Santa Maria. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1995.

LOPEZ, Teresa Ancona. **Princípio da precaução e evolução da responsabilidade civil.** São Paulo: Quartier Latin, 2010.

MAGALHÃES, Teresa Ancona Lopez de. **Estudos e pareceres sobre livre-arbítrio, responsabilidade e produtos de risco inerente:** o paradigma do tabaco, aspectos civis e processuais. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

MAIRAL, Héctor A. **As raízes legais da corrupção:** ou como o direito público fomenta a corrupção em vez de combatê-la. São Paulo: Ed. Contracorrente, 2018.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. Pagamento indevido e enriquecimento sem causa. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 93, p. 115-132, jan./dez. 1998.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil.** 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MONTEIRO, Washington de Barros; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **Curso de direito civil:** direito das obrigações: 2ª parte. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 5. 606 p.

MANN, Thomas. **Os Buddenbrook:** decadência de uma família. Tradução de Herbert Caro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

MARTY, Gabriel; RAYNAUD, Pierre. **Droit civil**. 2ème éd. Paris: Sirey, 1967.

MAZEAUD, Henri; MAZEAUD, Léon; TUNC, André. **Traité théorique et pratique de la responsabilité civile délictuelle et contractuelle**. Paris: Montchrestien, 1958.

MEDEIROS, Rui. **Dicionário de responsabilidade civil**: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de segurança**: ação popular e ação civil pública. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

MENDELSON, Mark F. Chapter 26: United States. In: MENDELSON, Mark F. (Coord.). **The anti-bribery and anti-corruption review**. 6. ed. London: The Law Reviews, 2017.

MICHOUD, Léon. **La théorie de la personnalité morale**. Paris: Librairie Générale de Droit & de Jurisprudence, 1924.

MILITÃO, Eduardo. Moro quer adaptar no Brasil acordo nos EUA para diminuir processos. **UOL**. Política, 5 jan. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/05/moro-acordo-penal-plea-bargain-medida-eua.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; FREITAS, Rafael Vêras de. **A juridicidade da lei anticorrupção** - Reflexões e interpretações prospectivas. 2014. Disponível em: <http://www.editoraforum.com.br/wp-content/uploads/2014/01/ART_Diogo-Figueiredo-Moreira-Neto-et-al_Lei-Anticorruptao.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil**: responsabilidade civil. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. v. 7.

NANNI, Giovanni Ettore. **Enriquecimento sem causa**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

NERY JR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Responsabilidade civil:** doutrinas essenciais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

NEYRINCK, Norman. **Granting incentives, deterring collusion:** the leniency policy. Belgique, IEJE, 2009. (Working Paper Institut d'Études Juridiques Europeennes (IEJE), n. 2). Disponível em: <<https://antitrustlair.files.wordpress.com/2009/04/working-paper-2-2009.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

NORONHA, Fernando. **Direitos das obrigações:** fundamentos do direito das obrigações – introdução à responsabilidade civil. 3. ed. São Paulo: Saraiva: 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Corrupção e anticorrupção.** Rio de Janeiro: Forense, 2015.

OCDE. **Recommendation of the Council for Further Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions.** Nov. 26, 2009. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/anti-bribery/44176910.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

_____. **Working Party N. 3 on Co-operation and Enforcement.** June 5, 2018. Disponível em: <[https://one.oecd.org/document/DAF/COMP/WP3/WD\(2018\)9/en/pdf](https://one.oecd.org/document/DAF/COMP/WP3/WD(2018)9/en/pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2018.

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. **Improbidade administrativa e sua autonomia constitucional.** Belo Horizonte: Fórum, 2009.

ONU. **Human Development Indices and Indicators:** 2018 Statistical Update. New York, 2018. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2019.

OSÓRIO, Fábio Medina. Lei anticorrupção dá margem a conceitos perigosos. **Consultor Jurídico**, 20 set. 2013. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-set-20/lei-anticorrupcao-observar-regime-direito-administrativo-sancionador>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

_____. **Direito administrativo sancionador**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

PAGLIUCA, José Carlos Gobbi. Estrutura da imputação objetiva. **Caderno Jurídico da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo**, ano 1, n. 1, p. 19-30, abr. 2001. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Escola_Superior/Biblioteca/Cadernos_Tematicos/teoria_da_imputacao_objetiva.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2019

PALHARES, Felipe. Corrupção empresarial: a sucessão da responsabilidade nas operações societárias lesivas à administração pública. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, v. 67, p. 343-388, jul./set. 2016. (Título original: Corporate Corruption: The Succession of Liabilities in Corporate Transactions Harmful to the Government).

PAULA, Marco Aurélio Borges de; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. (Coord.). **Compliance, gestão de riscos e combate à corrupção: integridade para o desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

PAULA, Núbia Elizabette de Jesus. **Do alcance da dissolução compulsória da pessoa jurídica na lei anticorrupção**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. v. 1. 284p.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Responsabilidade civil**. 10. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2012.

PESTANA, Marcio. **Lei anticorrupção: exame sistematizado da Lei n.12.846/2013**. Barueri: Manole, 2016.

PETRELLUZZI, Marco Vinicio; RIZEK JUNIOR, Rubens Naman. **Lei anticorrupção: Origens, comentários e análise da legislação correlata**. São Paulo: Saraiva, 2014.

PEZO, Víctor Guevara. **Personas naturales**. Lima: Gaceta Jurídica, 2004.

PILAGALLO, Oscar. **O cerco aos corruptores: a história e os desafios da nova lei que pune as empresas por práticas ilegais e antiéticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

PLATÃO. **Carta VII**. In: Diálogos VII (Dudosos, Apócrifos, Cartas). Biblioteca clássica de Gredos. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

PODESTA, Fabio Henrique. **Direito das obrigações**: teoria geral e responsabilidade civil. São Paulo: Atlas: 2000.

PORTO, Mario Moacir. **Temas de responsabilidade civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

PRADEL, Jean. La mondialisation du droit pénal: enjeux et perspectives. **Revue juridique Thémis**, v. 35, n. 1-2, p. 241-272, janv. 2001.

QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de. Responsabilização judicial da pessoa jurídica na lei anticorrupção. In: SOUZA, Jorge Munhós de; QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de (Org.). **Lei anticorrupção**. Salvador: JusPodivm, 2015.

RIBEIRO, Márcio de Aguiar. **Responsabilização administrativa de pessoas jurídicas à luz da lei anticorrupção empresarial**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

RIZZARDO, Arnaldo. **Responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**: Responsabilidade civil. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 4.

ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder**. Uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ROSENVALD, Nelson. **As funções da responsabilidade civil**: a reparação e a pena civil. São Paulo: Atlas, 2013.

ROSSETTO, Patrícia Carraro. O combate à corrupção pública e a criminalização do enriquecimento ilícito na ordem normativa brasileira. **Ciências Penais**: Revista da Associação Brasileira de Ciências Penais, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 211-286, jan./jun. 2009.

RYAN, Russell G. The SEC's Low Burden of Proof. **Wall Street Journal**, EUA, July 14, 2013. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/SB10001424127887323297504578582213820533922?ns=prod/accounts-wsj>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

RYZNAR, Margaret; KORKOR, Samer. Anti-Bribery Legislation in the United States and United Kingdom: A Comparative Analysis of Scope and Sentencing. **Missouri Law Review**, v. 76, n. 2, p. 415-453, 2011. Disponível em: <<https://scholarship.law.missouri.edu/mlr/vol76/iss2/4>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

SALEILLES, Raymond. **Étude sur la théorie générale de l'obligation**. Paris: Librairie Générale de Droit & de Jurisprudence, 1925.

SAMPAIO, Rogério Marrone de Castro. **Direito civil: responsabilidade civil**. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, José Anacleto Abduch; BERTONCINI, Mateus; COSTODIO FILHO, Ubirajara. **Comentários à Lei n. 12.846/2013: Lei Anticorrupção**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SANTOS, Kleber Bispo dos. **Acordo de leniência na lei de improbidade administrativa e na lei anticorrupção**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

SAVATIER, Rene. **Traite de la responsabilite civile en droit francais: civil, administratif, professionnel, procedural**. 2. ed. Paris: Libr Gen Droit Jurisp, 1951.

SAVIGNY, Friedrich Karl von. **System des heutigen römischen rechts**. Berlin: Veit und comp., 1840.

SCAFF, Fernando Faccury; SILVEIRA, Renato de Mello. Lei Anticorrupção é substancialmente de caráter penal. **Consultor Jurídico**, 5 fev. 2014. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-fev-05/renato-silveira-fernando-scaff-lei-anticorrupcao-carater-penal>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

SCANTLEBURY, Donald L. **The Impact of the Foreign Corrupt Practices Act on U.S. Business.** EUA, May 20, 1981. Disponível em: <<http://archive.gao.gov/f0102/115367.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2018.

SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil:** da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. A responsabilidade objetiva da Lei Anticorrupção. **Revista do Advogado**, v. 34, n. 125, p. 106-114, dez. 2014.

SHEAHEN, Kyle P. I'm not going to Disneyland: illusory affirmative defenses under the Foreign Corrupt Practices Act. **Wisconsin International Law Journal**, v. 28, n. 3, 2010.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Responsabilidade penal da pessoa jurídica.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SILVA, Wilson Melo da. **Responsabilidade sem culpa e socialização do risco.** Belo Horizonte: Ed. Bernardo Álvares S.A., 1962.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. A ideia penal sobre a corrupção no Brasil: da seletividade pretérita à expansão de horizontes atuais. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, RT, v. 89, mar./abr. 2011.

SIMÃO, Valdir Moyses; VIANNA, Marcelo Pontes. **O acordo de leniência na lei anticorrupção:** histórico, desafios e perspectivas. São Paulo: Trevisan, 2017.

SIMMEL, Georg. **Philosophie des Geldes.** (Gesamtausgabe Bd. 6) Frankfurt/M: Suhrkamp, 1989.

SOMBART, Werner. **Der moderne Kapitalismus:** historisch-systematische Darstellung des gesamteuropäischen Wirtschaftslebens von seinen Anfängen bis zur Gegenwart. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1987.

SOUZA, Eduardo Nunes de; SILVA, Rodrigo da Guia (Coord.). **Controvérsias atuais em responsabilidade civil** – Estudos de direito civil-constitucional. São Paulo: Almedina, 2018.

SOUZA, Jorge Munhós de. Responsabilização administrativa na lei anticorrupção. In: SOUZA, Jorge Munhós de; QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de (Org.). **Lei anticorrupção**. Salvador: JusPodivm, 2015.

SPENGLER, Oswald. **A decadência do ocidente**. Tradução de Herbert Caro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SPERCEL, Thiago. Considerações sobre a responsabilidade solidária do grupo econômico por atos de corrupção. **Revista de Direito Empresarial**, São Paulo, v. 4, p. 281-292, jul./ago. 2014.

STOCCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**. Direito das obrigações e responsabilidade civil. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

TARUN, Robert W. **The foreign corrupt practices act handbook**: a practical guide for multinational general counsel, transnational lawyers, and white-collar criminal practitioners. Chicago (EUA): ABA Publishing, 2010.

TAVARES DA SILVA, Regina Beatriz (Coord.). **Responsabilidade civil e sua repercussão nos tribunais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Responsabilidade civil**: doutrina e jurisprudência. 2. ed. Rio de Janeiro: Aide, 1993.

TIEDEMANN, Klaus. Punibilidad y Responsabilidad Administrativa de las Personas Jurídicas y de sus Órganos. **Revista Jurídica de Buenos Aires**, Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 1988. v. 2.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: obrigações e responsabilidade civil. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

VERÍSSIMO, Carla. **Compliance**: incentivo à adoção de medidas anticorrupção. São Paulo: Saraiva, 2017.

VINEY, Geneviève. **Introduction à la responsabilité**. 3. ed. Paris: LGDJ, 2008.

WALD, Arnoldo. **Direito civil**: responsabilidade civil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 7.

WALD, Arnoldo; GIANCOLI, Brunno Pandori. **Direito civil**: responsabilidade civil. 3. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 7.

WARDE, Walfrido. **O espetáculo da corrupção**: como um sistema corrupto e o modo de combatê-lo estão destruindo o país. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

WILSON, Natasha N. Pushing the limits of jurisdiction over foreign actors under the Foreign Corrupt Practices Act. **Washington University Law Review**, v. 91, n. 4, p. 1063-1087, 2014. Disponível em: <https://openscholarship.wustl.edu/law_lawreview/vol91/iss4/6>. Acesso em 22 dez. 2018.

ZITELMANN, Ernst. **Das Recht des bürgerlichen Gesetzbuchs**: System zum selbststudium und zum Gebrauch bei Vorträgen. Leipzig: Duncker & Humblot, 1900.

ZYMLER, Benjamin; DIOS, Laureano Canabarro. **Lei anticorrupção (Lei nº 12.846/2013)**: uma visão do controle externo. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

ARGENTINA. **Lei nº 27.401**, de 8 nov. 2017. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=296846>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

ARGENTINA. **Código Penal**. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16546/texact.htm#25>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

ARGENTINA. **Lei nº 25.188/99**, de 26 out. 1999. Disponível em: <<https://www.economia.gob.ar/digesto/leyes/ley25188.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

ARGENTINA. **Decreto nº 1.179**, de 18 nov. 2016. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/265000-269999/267949/norma.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

ARGENTINA. **Decreto nº 201**, de 22 mar. 2017. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/270000-274999/272922/norma.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

ARGENTINA. **Decreto nº 202**, de 22 mar. 2017. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/270000-274999/272923/norma.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 3.071**, de 01 jan. 1916. Institui o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

BRASIL. **Decreto nº 24.637**, de 10 jul. 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24637-10-julho-1934-505781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848**, de 7 dez. 1940, **Código Penal**. Rio de Janeiro, 7 dez. 1940.

BRASIL. **Lei nº 6.453**, de 17 out. 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6453.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 ago. de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.565**, de 19 dez. 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7565.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.078**, de 11 set. de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.429**, de 2 jun. 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm>. Acesso em: 5 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Acesso em: 1 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.613**, de 3 de mar. 1998. Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9613.htm>. Acesso em: 1 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 3.678**, de 30 nov. 2000. Promulga a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em Paris, 17 dez. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3678.htm>. Acesso em: 11 nov. 2018

BRASIL. **Decreto nº 3.810**, de 2 maio 2001. Promulga o Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Brasília, em 14 de outubro de 1997. Brasília, DF: 2 maio 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 jan. 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: 10 jan. 2002.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Legislativo nº 152**, 25 jun. 2002. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-152-25-junho-2002-459890-convencao-1-pl.html>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 4.410**, de 7 out. 2002. Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 29 de março de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4410.htm>. Acesso em: 14 nov. 2018

BRASIL. **Decreto nº 2.681**, de 7 dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2681_1912.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 6.826**, de 18 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=466400>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Substitutivo ao Projeto de Lei nº 6.826, de 2010 (do Poder Executivo). **Emenda Modificativa nº 11**, de 27 mar. 2011. Deputado Federal Laercio Oliveira. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_

mostrarintegra?codteor=976445&filename=ESB+11+PL682610+%3D%3E+SBT+1+PL682610+%3D%3E+PL+6826/2010>. Acesso em: 6 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.846**, de 1º ago. 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12846-1-agosto-2013-776664-publicacaooriginal-140647-pl.html>>. Acesso em: 5 out. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara nº 39**, de 20 jun. 2013. Lei Anticorrupção. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113244>>. Acesso em: 2 jan. 2019

BRASIL. **Decreto nº 8.420**, de 18 mar. 2015. Regulamenta a Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8420.htm>. Acesso em: 8 dez. 2018.

BRASIL, Câmara dos Deputados, **Projeto de Lei nº 3636**, de 16 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2055350&ord=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

CANADÁ. **Corruption of Foreign Public Officials Act**. Disponível em: <<https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/c-45.2/>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

CHILE. **Código Penal**, de 12 nov. 1874. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1984#2510>>. Acesso em: 1 dez. 2018

CHILE. **Código Orgânico de Tribunais**, de 09 jul. 1943. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=25563>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

CHILE. **Lei nº 20.393**, de 02 dez. 2009. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1008668>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

CHILE. **Lei nº 20.880**, de 5 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1086062>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

CHILE. **Decreto Supremo nº 2**, de 2 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1091123>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

COLÔMBIA. **Lei nº 1.474**, de 12 jul. 2011. Disponível em: <<http://wp.presidencia.gov.co/sitios/normativa/leyes/Documents/Juridica/Ley%201474%20de%202012%20de%20Julio%20de%202011.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

COLÔMBIA. **Decreto nº 0019**, de 10 jan. 2012. Disponível em: <https://www.mintic.gov.co/portal/604/articles-3567_documento.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2018.

COLÔMBIA. **Lei nº 1712**, de 06 mar. 2014. Disponível em: <https://www.mintic.gov.co/portal/604/articles-7147_documento.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2018.

COLÔMBIA. **Lei nº 1762**, de 06 jul. 2015. Disponível em: <<http://wp.presidencia.gov.co/sitios/normativa/leyes/Documents/LEY%201762%20DEL%202006%20DE%20JULIO%20DE%202015.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

COLÔMBIA. **Decreto nº 1674**, de 21 out. 2016. Disponível em: <<http://es.presidencia.gov.co/normativa/normativa/>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

COLÔMBIA. **Lei nº 1778** de 21 out. 2016. Disponível em: <<http://es.presidencia.gov.co/normativa/normativa/DECRETO%201674%20DEL%2021%20DE%20OCTUBRE%20DE%202016.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

COLÔMBIA. **Documento Conpes nº 167**. Consejo Nacional de Política Económica y Social. Departamento Nacional de Planeación. República de Colombia. Disponível em:

<http://www.anticorrupcion.gov.co/SiteAssets/Paginas/Publicaciones/Conpes_167.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2018.

COLÔMBIA. **Resolução nº 100-002657**, de 25 jul. 2016. Disponível em: <<https://forvm.com.co/wp-content/uploads/2016/08/Resoluci%C3%B3n-N%C3%BAmero-100-002657-de-25-07-2016.-Superintendencia-de-Sociedades..pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

COLÔMBIA. **Circular Externa nº 100-000003**, de 19 jul. 2018. Disponível em: <https://www.supersociedades.gov.co/nuestra_entidad/normatividad/normatividad_circular/es/Forms/DispForm.aspx?ID=205>. Acesso em: 1 dez. 2018.

EUA. **House Report nº 95-640**, 27 Sept. 1977. Disponível em: <<https://www.justice.gov/sites/default/files/criminal-fraud/legacy/2010/04/11/houseprt-95-640.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

EUA. **Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)**. Disponível no site do DOJ <<https://www.justice.gov/sites/default/files/criminal-fraud/legacy/2012/11/14/fcpa-portuguese.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

FRANÇA. **Código Civil**, de 21 de março de 1804.

MÉXICO. **Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos**, de 05 fev. 1917. Disponível em: <<http://www.sct.gob.mx/JURE/doc/cpeum.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

MÉXICO. **Ley Federal de Transparencia e Acceso a la Información Pública Nueva Ley**, publicada no Diário Oficial de la Federación em 9.5.2016. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LFTAIP_270117.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2018.

MÉXICO. **Código Penal Federal**. Disponível em: <<https://www.juridicas.unam.mx/legislacion/ordenamiento/codigo-penal-federal>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

MÉXICO. **Ley Federal de Responsabilidades Administrativas de los Servidores Públicos.** Disponível em: <<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/abro/lfrasp.htm>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

MÉXICO. **Ley General de Responsabilidades Administrativas.** Acesso em: <<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LGRA.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

MÉXICO. **Ley Orgánica de la Administración Pública Federal.** Disponível em: <<http://www.ordenjuridico.gob.mx/Documentos/Federal/pdf/wo13235.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

MÉXICO. **Ley Orgánica del Tribunal Federal de Justicia Administrativa.** Acesso em: <<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LOTFJA.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

MÉXICO. **Manual sobre el Sistema Nacional Anticorrupción para Servidoras y Servidores Públicos Federales.** Disponível em: <https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/194144/Manual_SNA.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2018.

MÉXICO. **Suprema Corte de Justicia de la Nación.** Disponível em: <<https://www.scjn.gob.mx/>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

NAFTA. **Objectives for the NAFTA Renegotiation.** Disponível em: <<https://ustr.gov/sites/default/files/files/Press/Releases/NAFTAOBJECTIVES.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

PERU. **Decreto Legislativo nº 635**, de 8 abr. 1991, institui o Código Penal do Peru. Disponível em: <http://spij.minjus.gob.pe/content/publicaciones_oficiales/img/CODIGOPENAL.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2018.

PERU. **Decreto Legislativo nº 1.106**, de 19 abr. 2012. Disponível em: <<https://busquedas.elperuano.pe/normaslegales/decreto-legislativo-de-lucha-eficaz-contr-el-lavado-activos-decreto-legislativo-n-1106-778570-3/>>. Disponível em: 08 dez. 2018.

PERU. **Lei nº 30.424/16**. Disponível em: <<https://busquedas.elperuano.pe/>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

PERU. **Decreto de Urgência nº 003-2017**. Disponível em: <<https://busquedas.elperuano.pe/>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

PERU. **Decreto Supremo nº 092/2017-PCM**. Disponível em: <<https://www.gob.pe/institucion/pcm/normas-legales/212009-092-2017-pcm>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

PORTUGAL. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis>. Acesso em: 30 set. 2018.

SÃO PAULO. (Estado). **Decreto nº 60.106**, de 29 jan. 2014. Disciplina a aplicação, no âmbito da Administração Pública estadual, de dispositivos da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60106-29.01.2014.html>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

SÃO PAULO. (Município). **Decreto Municipal nº 55.107**, de 13 maio 2014. Regulamenta a aplicação da Lei Anticorrupção no âmbito da capital paulista. Disponível em: <[http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios _juridicos/](http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/)>. Acesso em: 15 dez. 2018.